

## PREFÁCIO<sup>1</sup>

A coletânea *Políticas Sociais, Trabalho e Conjuntura: crise e resistências* é um presente que nos brindam suas organizadoras: Andréa de Sousa Gama, Elaine Rossetti Behring e Vânia Morales Sierra, docentes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Os textos reunidos revelam o fecundo encontro acadêmico entre docentes e discentes, fruto de pesquisas em nível de mestrado e de doutorado, pós-doutorado e estágio de aperfeiçoamento.

Este é um livro necessário e oportuno ao debruçar-se sobre dilemas centrais contidos nas relações entre trabalho e políticas públicas nesses tempos de “desassossego” com diria Guimarães Rosa. Tais questões estão imiscuídas no coração da crise do capital, nem sempre dotadas da visibilidade pública requerida, aqui presididas pelo ineditismo em sua abordagem. Os textos versam sobre temáticas densas de historicidade, submetidas a um rigoroso tratamento crítico-analítico, expressando vivo empenho em decifrar o presente. As análises empreendidas contribuem para desvelar o que se encontra submerso sob o domínio das finanças e do Estado com suas políticas ultraliberais e a ampliação exponencial da privatização de bens públicos, movidas pela “sede insaciável de ouro”, nos termos de Shakespeare (MARX, 1985).

A incessante busca de ampliação da lucratividade impulsiona a incorporação de novas tecnologias digitais – tecnologias de informação e comunicação e a inteligência artificial- com profunda reorganização da divisão do trabalho no processo produtivo e na sociedade. No universo do valor e de sua valorização, o emprego de novas tecnologias tem na contrapartida a redução relativa da demanda de trabalhadores - de trabalho vivo - e o conseqüente crescimento da população sobrando para as necessidades médias dessa forma de organização da produção, impulsionando o desemprego, o trabalho precário, as desigualdades e as crises. Como registra Marx (1978, p. 598), “[...] *o capital é contradição em processo* [...]”. Ao mesmo tempo em que tende a reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ele é erguido como única medida da riqueza, diminui o tempo de trabalho na forma de tempo de trabalho necessário à reprodução do trabalhador - trabalho pago sob a forma de salário - para aumentá-lo como tempo de

---

<sup>1</sup>DOI-10.29388/978-65-81417-31-4-0-f.11-24

trabalho excedente ou trabalho não pago, mais-valia. Põe, assim, o tempo de trabalho excedente como condição do tempo de trabalho necessário. Mas move todos os poderes da ciência e da natureza, da cooperação e do intercâmbio sociais para fazer com que criação da riqueza seja, cada vez mais, relativamente independente do tempo de trabalho vivo nela empregado, reduzindo-o ao limite para que o valor já criado corporificado nos meios de produção conserve o seu valor transferindo-o aos produtos. A redução da demanda de trabalho vivo no universo do capital amplia o desemprego e o brutal desmonte da proteção ao trabalho. O desrespeito aos direitos humanos e sociais são agravados pelo desfinanciamento de políticas e serviços sociais públicos e por ações destrutivas de riquezas sociais e naturais como patrimônio comum, redundando na ampliação exponencial das desigualdades da pobreza, na mercantilização da água, do ar, de reservas minerais, florestais e de terras públicas.

Nessa conjuntura, a resistência coletiva forja e ilumina a marcha da história mediante o protagonismo de distintos segmentos de trabalhadores ante as desigualdades e opressões de classe, raça, e etnias, de gênero e sexualidades, territórios.

E a presente coletânea, ao desnaturalizar o discurso do bloco poder, atribui transparência às orientações econômicas e políticas incidentes nas condições de vida e no trabalho das maiorias. Enquanto parte e expressão da resistência, este livro simultaneamente a impulsiona pela via do debate político-acadêmico, aqui tratado com rigor. Ele traz à luz questões não transparentes na grande mídia, tais como: relações entre tecnologia e valor no mundo digital; um balanço preliminar do orçamento público no Governo Bolsonaro (2019-2020); trabalho e educação na adolescência; relações entre maternidade, saúde e trabalho e as contradições na garantia de direitos trabalhistas e reprodutivos; política de segurança pública e questão social no século XXI; história e fundamentos da prisão no capitalismo; dimensão jurídica do protagonismo do Estado na garantia da água para o capital no campo; leitura crítica da questão agrária e agroecologia; imigração de africanos senegaleses no Brasil contemporâneo; e direito à interrupção voluntária da gravidez (Brasil e Uruguai).

Os provocativos temas e a qualidade da análise constante nos dez capítulos deste livro, fruto de projetos de pesquisas de docentes e discentes, atestam a excelência do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) na produção

acadêmica, no ensino e na pesquisa. A UERJ é hoje considerada uma das mais respeitáveis, produtivas e socialmente compromissadas universidades públicas do País. Com uma pós-graduação *stricto sensu* consolidada, nos níveis de mestrado e doutorado, destaca-se também por seu pioneirismo na instauração de cotas de ingresso a estudantes provenientes de segmentos sociais historicamente explorados e discriminados, alargando as bases sociais de acesso à educação superior. Segundo o *World University Rankings 2021-2022*, a UERJ<sup>2</sup> ocupa no 8º lugar dentre as melhores as universidades nacionais. Todavia essa instituição tem sido objeto de ameaças de privatização, consubstanciada no Projeto Lei 4673/21 apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro<sup>3</sup>, repudiado com veemência pela comunidade universitária e seus dirigentes<sup>4</sup>. O PL propõe a extinção da UERJ e a transferência de seu patrimônio e alunos à iniciativa privada, em decorrência de inusitados cálculos de custos orçamentários e de suposto “aparelhamento ideológico de viés socialista”, que estaria obstruindo o debate plural nessa instituição.

---

<sup>2</sup> A atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi fundada em 1950 a partir da aglutinação das escolas superiores particulares (Faculdade de Ciências Jurídicas, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências e Letras do Instituto Lafayette e Faculdade de Ciências Médicas), mantida pela Prefeitura do Distrito Federal e denominada de Universidade do Distrito Federal (UDF) na Lei 547. Ela sofre várias mudanças em suas denominações: em 1958 passou a Universidade do Rio de Janeiro; em 1961, Universidade do Estado da Guanabara e em 1975, devido a fusão do Estados da Guanabara como Estado do Rio de Janeiro, passa a Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), gozando de autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial para o exercício de suas funções de ensino, pesquisa e extensão.

<sup>3</sup> **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, ano XLVII, n. 59, parte II, 19 ago. 2021. Poder Legislativo, p. 3.

<sup>4</sup> Tal repúdio recebeu o apoio do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (FOPROP) em Nota Pública 04-2021, em 21 de agosto doo corrente ano. Ele denuncia o desmantelamento da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), patrimônio da Sociedade Fluminense e Brasileira. A defesa da UERJ foi reforçada com o pronunciamento de todos os reitores de universidades públicos do estado do Rio de Janeiro salientando o papel da UERJ na educação da juventude, na produção científica nacional e o seu pioneirismo no sistema de cotas dentre as universidades brasileiras. Consideram ser este um ataque não só à Uerj, mas a toda a comunidade acadêmica e científica do estado do Rio de Janeiro, que está mobilizada para a defesa da universidade pública, gratuita, referenciada socialmente e de excelência. (<https://www.osaogoncalo.com.br/geral/111400/reitores-da-ufrj-uff-e-de-outras-instituicoes-manifestam-apoio-a-uerj>)

## O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UERJ

*A defesa da universidade pública é um fio que preside a história da Faculdade de Serviço Social da UERJ - primeiro curso oficial gratuito e público de Serviço Social no Brasil - fundada em 1944, antecedendo a fundação da própria UERJ. Essa Faculdade vem se destacando no cenário universitário por seu projeto acadêmico no ensino da graduação, um dos melhores cursos de Serviço Social do País. Seu Programa de Pós-Graduação em Serviço Social de nível de excelência, avaliado com nota 06 na CAPES (mestrado e doutorado), contabiliza, até 2020, 129 teses e 288 dissertações defendidas, totalizando 417 pós-graduados que concluíram seus estudos. O curso de mestrado é inaugurado em 1999, e o de doutorado em 2005, ambos com área de concentração em Política Social e Trabalho. Na pós-graduação três linhas de pesquisa articulam os núcleos e programas de estudos, pesquisas e extensão: 1) Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social; 2) Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social; 3) Identidades, Cultura, Políticas Públicas e Serviço Social.*

No contexto de crise financeira da Universidade Pública, conquistar e manter um programa em nível de excelência requer intenso esforço na produção acadêmica e intercâmbios nacionais e internacionais de parte de seus docentes e discentes. Merece destaque a iniciativa do Doutorado Interinstitucional (DINTER) da UERJ/ Universidade Federal de Alagoas (UFAL)<sup>5</sup>. No estímulo aos intercâmbios internacionais convênios foram firmados com a *Universidad de Costa Rica* (Costa Rica) e a *Universidad de La Plata* (Argentina), além de relações acadêmicas com a *Universidade Paris 8* (França), a *Universidad Autónoma de Aguas Calientes* (México), a *Universidad Externado de Colômbia*, a *Universidad de Chile*, a *Universidad de Magallanes* (Chile), a *Universidad Nacional de La Plata* (Argentina), dentre outras. Em 2018, a grande novidade foi ampliar a internacionalização deste Programa de Pós-Graduação participando do CAPES PRINT da UERJ, com o projeto de internacionalização “Trabalho e Questão Social” realizado em associação com Portugal, Espanha, França, Canadá, Argentina e Chile.

*A Revista Em Pauta. Teoria social e realidade contemporânea* é veículo de divulgação da Faculdade de Serviço Social da UERJ e de seu Progra-

---

<sup>5</sup> Intercâmbios com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e várias Universidades: UFRN, UFSC, UNB e UFAL, UFJF, UFOP, UFF, UNIFESP, UFRGS, PUC-SP, UFES, dentre outros.

ma de Pós-Graduação em Serviço Social: um espaço de troca de ideias e críticas produzidas em diversos contextos e continentes, além de canal de interlocução sobre os fundamentos e experiências da profissão. Seu foco está voltado à compreensão de determinações e contradições sócio-históricas que envolvem a esfera da política e o mundo do trabalho. O periódico científico foi criado em 1993<sup>6</sup> na sua forma impressa (ISSN 2238-3786- ), em 2007 assume a forma eletrônica (ISSN: 1414-8609 –Journal. DOI: <http://doi.org/10.12957/rep>). A revista *Em Pauta* contempla as áreas das Ciências Sociais, avaliada pela CAPES com Qualis B2 (Sociologia) e a área de Ciências Sociais Aplicadas, avaliada em *QualiA2* (Serviço Social).

### **O SERVIÇO SOCIAL NO RIO DE JANEIRO E O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: O PIONEIRISMO DA ESCOLA TÉCNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CECY DODSWORTH**

Como é de conhecimento público, as origens o Serviço Social no Brasil, na década de 1930, estão vinculadas às iniciativas da Igreja Católica. Ela mobiliza estratégias de qualificação do laicato, especialmente sua *parcela feminina* - por meio dos movimentos da ação social e ação católica -, em sua missão de apostolado junto à *família operária*. Tem antecedentes na criação do *Centro de Estudos e Ação Social*, em plena revolução paulista em 1932. A iniciativa de surgimento dessa profissão no país coube ao pioneirismo da atual Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com a criação da Escola de Serviço Social de São Paulo em 1936, sob a influência acadêmica franco-belga. Esse processo é impulsionado pela industrialização e urbanização que tem em São Paulo seu centro dinâmico, em cujo verso tem-se a “questão social”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982)

Quando o Estado se amplia, em termos de Gramsci (1979), ele passa a administrar e a gerir o conflito de classe não apenas via coerção, mas buscando construir um consenso favorável ao funcionamento da sociedade no enfrentamento da luta de classes. O Estado, ao centrali-

---

<sup>6</sup> Atualmente está no número 48, referente ao 2º semestre de 2021. Criada em 1993 a revista dispõe de um amplo e representativo Comitê Científico e encontra-se indexada nas seguintes fontes: Latindex, Capes Periódicos, Cengage Learning, Nathional Geographic Learning, Doaj- Directory Of Open Journals, Ebsco, Sumários. Org, Oaj – Open academic (Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>. Acesso em: 31 ago. 2021.).

zar a política socioassistencial, efetivada através da prestação de serviços sociais, cria as bases sociais de um mercado de trabalho para o assistente social, enquanto um trabalhador assalariado. O Estado e os estratos burgueses tornam-se molas propulsoras dessa qualificação profissional, legitimada pelo poder e que rompe com a tradicional filantropia ao transformar-se em uma das engrenagens da execução das políticas públicas e de setores empresariais, seus maiores empregadores. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora por meio da regulamentação jurídica do mercado de trabalho através da legislação social, trabalhista e do Ministério do Trabalho. Este é considerado o “Ministério da Revolução”, da modernização e da justiça social. Simultaneamente, o Estado desenvolve as primeiras iniciativas no campo da seguridade social, passando a gerir a organização e prestação de serviços sociais como um novo tipo de enfrentamento da “questão social” e da “ameaça comunista”.

As grandes instituições sociais e assistenciais, de cariz patronal, voltadas à força de trabalho industrial, são criadas no início da década de quarenta: a Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942; o Serviço Social da Indústria (SESI), em 1946. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982) O Estado institucionaliza iniciativas de frações da burguesia industrial num grande complexo assistencial, extrapolando as unidades fabris para abranger o cotidiano da vida do proletariado<sup>7</sup>. O projeto político da “nova ordem” volta-se à proteção ao trabalhador na defesa da harmonia social, da justiça social, da ordem social no incentivo ao trabalho e ao aumento da produção<sup>8</sup>. A subordinação política do movimento operário aos cen-

---

<sup>7</sup> A política social do Estado no pós-1930 intensifica-se e generaliza-se mantendo fortes marcas corporativistas. A legislação social é revista e ampliada – jornada de 8 horas, direitos de menores, mulheres, férias, juntas de conciliação e julgamento, contrato coletivo de trabalho etc - projetando-se sua aplicação generalizada nos meios urbanos. O reconhecimento de uma parcial cidadania do proletariado ocorre no marco da redefinição das relações entre o Estado e as diferentes classes sociais, ao mesmo tempo em que são instituídos mecanismos para integrar e controlar os interesses do proletariado no enfrentamento da organização e de lutas autônomas do movimento operário. Em síntese, os eixos da intervenção do Estado são repressão à organização autônoma, reconhecimento dos direitos do trabalho e sindicalismo controlado. (Cf. IAMAMOTO, 2014, p. 21-52).

<sup>8</sup> Nas palavras de Pinheiro (1985, p. 42-43) “[...] o Serviço Social cresceu no chamado Estado Novo. A criação do Ministério da Aeronáutica, o da Educação, o do Trabalho e as autarquias modificaram as estruturas sociais vigentes. Assim como a Legislação Traba-

tros de poder e a expansão da acumulação por meio da intensificação da exploração da força de trabalho convivem com a noção ideológica de um Estado acima das classes, acompanhada da “ideologia do trabalho”: o trabalho tido como virtude que propicia a riqueza e o desenvolvimento da sociedade, alimentando a harmonia social e o bem comum. O trabalho deveria apoiar-se numa legislação que limitasse a exploração e preservasse “os bens da alma”, livrando a classe operária de influências extremistas e perturbadoras.

O Rio de Janeiro, então capital da República, além de concentrar a direção política e econômica do País, era polo industrial da região sudeste e centro de serviços, contando com numeroso proletariado. Aí teve lugar intensa presença da atividade técnica para a assistência social, mediante o direto envolvimento de órgãos públicos de assistência médica, sanitária e social, com apoio explícito da alta administração federal, da cúpula hierárquica da Igreja e do movimento católico laico. Tem-se uma explícita aliança entre Igreja e Estado nas origens do Serviço Social, cujo marco foi a Primeira Semana de Ação Social do Rio de Janeiro, em 1936<sup>9</sup>. Sob a liderança do Cardeal Dom Sebastião Leme, a semana é apoiada pela oficialidade: de sua comissão de honra constam a Sra. Darcy Vargas e representantes dos Poderes da República (executivo, legislativo e judiciário). Na ocasião são debatidos temas como ação social, recrutamento e formação de quadros, habitação popular e legislação social. Propõe-se a criação do Instituto de Educação Familiar e Social – proposta Stella de Faro apoiada pelo educador Alceu de Amoroso Lima -, em moldes franceses, de inspiração católica, voltado à educação da mulher das “classes abastadas”.

---

lhista, a Siderurgia Nacional (Volta Redonda), a Petrobrás, a Fabrica Nacional de Motores. Deu a tudo um caráter populista e, também, alimentou o propósito de se começar de baixo para cima no tocante às transformações sociais. Os desacertos políticos de Getúlio Vargas, jamais poderão empanar os altos serviços prestados por ele às classes menos favorecidas, aos trabalhadores e ao Brasil.

<sup>9</sup> Pinheiro publica em 1938 o primeiro livro *de Serviço Social no país: Serviço Social. Infância e Juventude Desvalidas*, o qual foi reeditado pela Ed. Cortez em 1985, como documento histórico. (PINHEIRO, 1985a). Para a autora, o Serviço Social - mesmo o da iniciativa privada -, tem por fim principal reforçar a ação dos serviços públicos. A ação do Serviço Social entrelaça-se com a legislação social, sobretudo a da assistência social e da “proteção a menores abandonados, adaptação dos anormais e reeducação dos delinquentes”.

Já a *Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth*, da Prefeitura do Distrito Federal - hoje Faculdade de Serviço Social da UERJ- foi fundada por Maria Esolina Pinheiro<sup>10</sup>. Todavia as primeiras medidas voltadas à criação da Escola Técnica de Assistência Social datam de 1943: uma iniciativa da Cruz Vermelha Brasileira, ainda em caráter transitório, como “esforço de guerra do Brasil” para cooperar no trabalho de alistamento e preparação psicológica de mais de mil socorristas de guerra, um Serviço Social prestado à nação. Em 24 de maio de 1944, a Escola Técnica Cecy Dodsworth foi oficializada como primeira escola de assistência social oficial do país, por meio do Decreto-Lei n. 6527 do Presidente da República. Ela é instituída sob a responsabilidade da Secretaria Geral de Saúde e Assistência da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, então capital de República. O decreto determinava o funcionamento dos seguintes cursos, formadores de “trabalhadores sociais”: assistentes sociais, educadora familiar, visitador social, nutricionista e puericultura, podendo ainda realizar cursos de formação em quaisquer das áreas da assistência social. A terminologia incorporada do *social work* norte-americano considerava a diversificação dos campos de atuação desses profissionais.

Esolina Pinheiro defendia princípios proclamados no *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, lançado em 1932, marco inaugural do projeto de renovação educacional do país. Ele propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita<sup>11</sup>. A educação nova, alargando sua finalidade para além dos limites das classes, assume com feição mais humana sua verdadeira função social: formar ‘a hierarquia democrática’ pela ‘hierarquia das capacidades’, nos termos da época, recrutadas em todos

---

<sup>10</sup> Maria Esolina já havia organizado a Escola de Serviço Social do Serviço de Obras Sociais (S.O.S) do Laboratório de Biologia Infantil, do Juízo de Menores, vinculado ao Ministério da Justiça. Tratava-se de um curso de Serviço Social para a infância, com 45 alunos, sob a orientação técnica das assistentes sociais paulistas Maria Kiehl e Albertina Ramos. Esta iniciativa foi estimulada pelo Juiz de Menores, Dr. Burle de Figueiredo, pela Deputada Dra. Carlota Pereira de Queiroz e pelo Dr. Leonídio Ribeiro, renomados intelectuais. Em 1939, a Prof. Esolina solicitou sua exoneração do Laboratório de Biologia Infantil para servir à Prefeitura do Rio de Janeiro, cujo secretário de Saúde e Assistência Social era então o Prof. Clementino Fraga – um dos adeptos combativos da Higiene e Medicina Social. Ele funda o Serviço Social na Prefeitura na perspectiva higienista.

<sup>11</sup> Redigido por Fernando de Azevedo, o texto foi assinado por 26 intelectuais, entre os quais Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles.



os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Esse movimento reformador foi alvo da crítica forte e continuada da Igreja Católica, forte concorrente do Estado na educação, que tinha sob seu controle a propriedade e a orientação de parcela expressiva das escolas da rede privada.

Esolina Pinheiro<sup>12</sup> defende uma Escola gratuita de Serviço Social, considerando que, do seio do povo, devem sair os próprios agentes de Serviço Social, esclarecidos pela formação profissional recebida pela Escola para melhor atuar na prática, em face dos interesses dos próprios grupos “[...] A Escola da Prefeitura não poderia ser elitista, como não o são os diversos cursos da rede educacional oficial. Era uma escola gratuita, nitidamente popular (classe média) e absorveu mesmo, nos cursos noturnos, alunos que trabalhavam em setores afins” (PINHEIRO, 1985, p. 27).<sup>13</sup>

Também a Sociedade Brasileira de Higiene, criada em 1923, abria caminho ao Serviço Social voltado tanto a uma ação essencialmente educativa individual quanto a uma ação coletiva no âmbito da saúde pública “[...] visto que as fontes de trabalho assalariado não ofereciam condições de higiene e moradia.” (PINHEIRO, 1985, p. 47). Buscava-se a prevenção de doenças de massa, nas trilhas de Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e outros, em um contexto de acelerada urbanização, de migrações rurais urbanas e de crescimentos das favelas. Em 1930, é criado o Ministério

---

<sup>12</sup> Em 1944, na Prefeitura do Distrito Federal funda-se o Departamento de Assistência Social, ao qual competia a prestação de Serviços Sociais (Decreto Lei 6 709 de 04/08/1944). Um ano após, em 1945, é promulgada, no âmbito federal, a Lei Orgânica dos Serviços Sociais (Decreto-Lei 7526 de 07 de maio). Em 09 de agosto de 1945 cria-se a carreira de assistente social na Prefeitura do Distrito Federal, com 39 vagas e Esolina Pinheiro é nomeada a primeira assistente social em Serviço Público.

<sup>13</sup> O período de 1936 a 1945 marca o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social no país, a partir de 1936, com prevalência da influência católica. De iniciativa do Estado, são registradas as seguintes escolas no período: 1937. Centro de Serviço Social da Escola de Enfermagem Ana Nery (Univ. do Brasil), primeira Escola de Enfermagem do Brasil no marco do movimento sanitaria brasileiro no início do século XX. Pertencente à Universidade do Brasil (atual UFRJ), é elevado a condição de Escola Autônoma, em 1967; 1940. Escola de Serviço Social de Manaus, agregada à UFAM em 1962; 1945. Escola de Serviço Social de Niterói, que se incorpora à Universidade Federal Fluminense, em 1980; 1945. Escola de Serviço Social de Natal, agregada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1969. Os dados referentes ao surgimento das escolas de Serviço Social no país se apoiam na pesquisa de doutorado de Larissa Dahmer Pereira (2007).

da Educação e Saúde e, mais tarde, o Serviço Especial de Saúde Pública. Em 1934, surge o Ministério de Negócios do Trabalho, da Indústria e do Comércio, no mesmo ano em que é aprovada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que altera a assistência prestada aos trabalhadores.

A Escola Técnica de Assistência Social permaneceu vinculada Secretaria Geral de Saúde e Assistência da Prefeitura no período de 1944 a 1948. Em 1949, passa a subordinar-se à Secretaria de Educação e Cultura, com base na Lei n. 103 de 04/09/1948, na Lei 138 e na Lei 442, de 1949. Nesse mesmo ano, o Decreto 422 de 08/12/1949 cria o Instituto de Serviço Social, substituindo a denominação de Escola Técnica. O curso foi reconhecido em 1955 por meio do Decreto Lei n. 38 330 e, em 20 de setembro de 1958. O Decreto 14 046 altera a denominação para Faculdade de Serviço Social, quando o curso foi considerado de nível superior, passando a integrar a Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Em 1963, são oficialmente transferidos à UEG vários estabelecimentos de ensino, dentre os quais constava a Faculdade de Serviço Social do Estado da Guanabara antigo curso de Serviço Social, reconhecido pelo Decreto Federal 38330, de 1955 (PINHEIRO, 1985). Esolina Pinheiro permaneceu na direção da Faculdade de Serviço Social de 1944 a 1953. Retorna ao cargo em 1956, nomeada pelo Prefeito Negrão de Lima. Em 1962, retoma novamente a direção da Faculdade por indicação do Secretário de Educação e Cultura, Carlos Flexa Ribeiro.

A UERJ, patrimônio científico e cultural do Rio de Janeiro, firmou sua existência ao longo dos anos com avanços e inovações científico-acadêmicas. Ela possui 65 Programas de Pós-graduação *stricto sensu* credenciados pela CAPES, oferecendo 50 cursos de mestrado acadêmico, 43 cursos de doutorado acadêmico, 7 mestrados profissionais e 6 mestrados profissionais em rede nacional; e mais de 100 cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização) em diversas áreas do conhecimento (Disponível em: <https://www.uerj.br/pesquisa/cursos-de-pos-graduacao/>. Acesso em: 31 out. 2021). Ela oferece 32 cursos de graduação, que se desdobram em diferentes habilitações, licenciaturas e bacharelados. Os cursos são oferecidos por 30 unidades acadêmicas, abrangendo as cidades do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, Resende e São Gonçalo. (Disponível em: <https://www.uerj.br/ensino/cursos-de-graduacao/>. Acesso em: 31 out. 2021). Ela possui dois centros médicos de atendimento e pesquisa: Hospital Universitário Pedro

Ernesto e Policlínica Piquet Carneiro - ambos com reconhecidas expertises em vários domínios das ciências médicas, além do Colégio de Aplicação, que atende a estudantes nos níveis fundamental e médio.

A Faculdade de Serviço Social da UERJ, a partir da década de 1980, realiza ampla renovação e qualificação de seu quadro docente e passa a manter destacada presença no cenário político-profissional, participando tanto do Sindicato dos Assistentes Sociais quanto do Conselho Regional de Assistentes Sociais. Ela foi uma das grandes incentivadoras do curso noturno em Serviço Social<sup>14</sup> tendo em vista democratização do acesso à universidade por parte da juventude trabalhadora. Essa Faculdade também cumpriu um papel de liderança na formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Serviço Social (ABESS/CE-DEPSS, 1996, 1997), a partir de sua revisão curricular do início dos anos 1990. Esta tinha por núcleo básico as Políticas Sociais e o Serviço Social, enriquecido com pesquisas pioneiras sobre o trabalho do assistente social<sup>15</sup>. A assembleia da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), em 1996, sediada na UERJ, aprova a “Proposta básica para os cursos de Serviço Social no País”, atualmente em vigência. A história da Faculdade de Serviço Social da UERJ, no quadro da educação do Serviço Social no Brasil, dispõe de traços que lhe são peculiares: a) Ausência de vínculo direto com a Igreja, nascendo sob o signo da secularização, por meio da iniciativa do poder público municipal e federal; b) Primeira escola oficial de Serviço Social do país; c) Influência do *social work* norte-americano na formação de trabalhadores sociais de diferentes especialidades para atuar na área de assistência social; d) Privilégio da política pública e do Serviço Social coletivo, de caráter preventivo, articulado ao atendimento de casos por parte das organizações privadas de assistência social; e) Participação no movimento higienista e na medicina social, voltados à saúde pública como responsabilidade do Estado, face à expansão capitalista industrial e urbana, ao movimento migratório e suas incidências nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora; f) Partícipe do movimento da Escola Nova na defesa da educação laica, *única, pública, laica, obrigatória e gratuita*. Daí o caráter público e gratuito do curso, tendente a uma “proletarização” de suas agentes, como contraponto ao elitismo das

---

<sup>14</sup> Cf. BARBOSA; ALMEIDA; CARVALHO; SERRA, (1993, p. 18-40).

<sup>15</sup> Cf. ALMEIDA (1996); CARDOSO, (1997, p. 27-46); BARBOSA; ALMEIDA; CARDOSO, (1998, p. 109-130); BARBOSA; ALMEIDA; CARVALHO; SERRA, (1993, p. 1-17).

escolas católicas e à extração de classe de seus alunos, que se atualiza na política de cota; g) Pioneira integração entre trabalho e assistência social.

Este breve e parcial resgate da trajetória da Faculdade de Serviço Social da UERJ e de seu Programa de Pós-Graduação atesta que a coletânea ora publicada incorpora e expressa o compromisso com o interesse público que a historicamente a preside, enriquece a pós-graduação e mantém viva a busca de compreensão das contradições do Brasil de hoje numa conjuntura em que a resistência é o grande desafio coletivo.

Saudações às organizadoras, autoras e autores desta coletânea. E a todos os docentes e discentes que contribuíram para a construção da excelência acadêmica dessa instituição de Ensino Superior.

Espero que leitores e leitoras possam desfrutar da leitura dessa obra provocativa, lúcida, que se debruça sobre temas inovadores e imprescindíveis, apontando dilemas e perspectivas para o Brasil de hoje e para o Serviço Social na história.

Minas Gerais, primavera de 2021.

*Marilda Villela Yamamoto.*

Professora Titular da UERJ aposentada e bolsista produtividade do CNPQ

## REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade: O Serviço Social no século XXI**, São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 143-171, abr. 1996.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. Novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 15-58, 1997.

ALMEIDA, N. L. T. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 52,

ano XVII, p. 7-23, dez. 1996.

BARBOSA, R. N; ALMEIDA, N. L. T.; CARDOSO, F. A categoria processo de trabalho e o trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 00, n, 58, p. 109-130, 1998.

BARBOSA, R. N; ALMEIDA, N. L. T.; CARVALHO I. C; SERRA, R. M. S. A definição do núcleo básico do novo currículo de graduação em Serviço Social. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 00, n. 1, p. 1-17, 1993.

BARBOSA, R. N; ALMEIDA, N. L. T.; CARVALHO I. C; SERRA, R. M. S. A especificidade do curso noturno: as dimensões pedagógica e cultural na revisão curricular. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 00, n. 1, p. 18-40, 1993.

CARDOSO, I. C. Processo de trabalho do Serviço Social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, 1997.

. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, ano XLVII, n. 59, parte II, 19 ago. 2021. Poder Legislativo, p. 3.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez/CELATS, 1982.

IAMAMOTO, M. V. Os 70 anos da Faculdade de Serviço Social da UERJ na história do Serviço Social brasileiro. **Trajetória da Faculdade de Serviço Social da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 21-52, 2014.

MARX, K. **Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política** (GRUNDRISSE) 1857-1858. v. 2. 7. ed. México: Siglo XXI ed., 1978.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

PEREIRA, L. D. **Política Educacional Brasileira e Serviço Social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

PINHEIRO, M. I. **Serviço Social**. Uma interpretação do pioneirismo do Rio de Janeiro. Documentário. Rio de Janeiro: Edições UERJ, 1985a.

PINHEIRO, M. I. **Serviço Social**. Documento histórico. Serviço Social Infância e Juventude Desvalidas. Rio de Janeiro: UERJ/ CEPUERJ/ Cortez Ed., 1985b.

## **LINKS ACESSADOS**

<https://www.osaogoncalo.com.br/geral/111400/reitores-da-ufrj-uff-e-de-outras-instituicoes-manifestam-apoio-a-uerj>

<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>.

<https://www.uerj.br/pesquisa/cursos-de-pos-graduacao/>

<https://www.uerj.br/ensino/cursos-de-graduacao/>